



## INTERFACES ENTRE O MUSEU, ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Andréa Reis da Silveira<sup>1</sup>

**Resumo:** A comunicação trata a respeito da temática de pesquisa para tese no PPGH da UDESC, tendo como orientadora a professora Cristiani Beretta da Silva. Busco analisar as construções que o Museu Julio de Castilhos (MJC) desenvolveu a respeito da história das mulheres por meio do patrimônio a ele confiado pela sociedade rio-grandense e brasileira, no período de 1990-2010, por meio de suas ações educativas e culturais. O Museu é agente ativo e construtor de memórias, locutor privilegiado, cujo papel é, também, significar e socializar saberes e práticas a partir dos seus objetos musealizados. No MJC percebe-se que as narrativas sobre as experiências históricas das mulheres ainda pesam para a percepção de invisibilidade e distinção delas no processo histórico cultural e político. Tal concepção ainda está pontuada no perfil histórico do século XIX que não condiz com o papel dos museus no século XXI, apresentando dimensões, das demonstrações de estagnação no que tange às questões de gênero, em oposição aos avanços sociais que foram e são conquistados pelas mulheres no tempo presente. Levei em consideração, portanto, na opção por esta temática, a importância do questionamento da posição e do papel da mulher dentro de um espaço como o Museu. É nele, um espaço construído não apenas fisicamente, mas também simbolicamente, que se pode entender o imaginário social e constituir cultura histórica, especialmente para o público escolar, maior frequentador do Museu.

**Palavras chave:** Museu Julio de Castilhos. Ensino de história. História das mulheres. História do tempo presente .

Este texto apresenta a investigação da tese em andamento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, PGH/UDESC, com orientação da professora Cristiani Beretta da Silva. Nele busco apresentar algumas considerações a respeito do modo como o Museu Júlio de Castilhos (MJC), instituição museológica mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1903, empregou seus acervos nas suas atividades educativas museológicas, no período 1990-2010, para contar a história das mulheres. Pensar a história das mulheres por meio das ações educativas que foram desenvolvidas no MJC, é problematizar a respeito de como as práticas museológicas, que possuem intrínseca relação com a dimensão educativa museal, podem reforçar e reproduzir relações de poder historicamente constituídas. Procuro também indagar a respeito dos usos do passado e da memória social pelo MJC.

---

<sup>1</sup> Historiadora, Museóloga, Mestre em Patrimônio Cultural, professora substituta no Curso de Museologia da UFRGS, doutoranda no PPGH/UDESC. Endereço: andrears1965@gmail.com .

Daquele período histórico de 1990-2010 as ações ressonam no presente como permanências, como culturas históricas e políticas estabelecidas nesta instituição museal, seguramente, atendendo a algum tipo de interesse, uso político ou legitimação que, no caso da condição social das mulheres, acentua diferenças na construção historiográfica. Em mapeamento dos estudos sobre o MJC há carência de trabalhos de pesquisa dessa centenária instituição, dos existentes destaque: Letícia Nedel (1999); Heloisa Capovilla (2005); Ana Celina Silva (2011); Zita Possamai (2011), por ressaltarem em seus estudos ferramentas interpretativas da História e da Museologia.

O recorte histórico selecionado nos anos 1990-2010 justifica-se por que a década de 1990 foi o período que consolidou a relação do MJC com as questões democráticas e da cidadania, em que as ações educativas e patrimoniais foram desenvolvidas com a anuência de profissionais da História, levados pela percepção da instituição frente aos novos desafios teóricos propostos. Nesse período, o MJC se preocupou com suas atividades museológicas como a gestão de acervos e a política de aquisição, desenvolvendo as classificações que perduram em modo de vida, relações sociais de produção e história política do Rio Grande do Sul, o que resulta diretamente em uma das opções metodológicas dessa tese em realizar entrevistas com os profissionais que atuaram nesse período. A utilização das entrevistas com antigos funcionários e ex-diretores permite fazer um reordenamento das ações museológicas desenvolvidas por aqueles agentes históricos que constituíram patrimônio cultural e experiências institucionais e sociais, produzindo conhecimento histórico. Outra fonte que se constitui como elemento de investigação está nos acervos, nos objetos, nas coisas musealizadas. Na sua versão atualizada, os objetos patrimonializados no MJC estão balizados em três vertentes de classificação, o que assinala uma preocupação institucional com a constituição simbólica e com o tratamento constitutivo das narrativas históricas expressas a partir do patrimônio ao Museu confiado. Vale questionar: nesse formato de constituição seletiva dos acervos há lugar para as histórias de vida, os relatos históricos das mulheres?

A história do RS e brasileira narrada em exposições e ações educativas no MJC por meio dos objetos, testemunhos materiais das memórias e vivências dos indivíduos e grupos daquele tempo e espaço, dá protagonismo aos homens brancos, participantes da elite. As representações materiais contidas no acervo do MJC destacam que em geral, são eles quem tem uma carreira profissional, trazem dinheiro para casa, ocupam a maior parte dos cargos políticos, jurídicos, acadêmicos, da saúde e da guerra,

etc. Segundo o sistema de documentação museológica do MJC, 85% do acervo da base de dados Donato 3.2 é registrado com objetos como armas, uniformes, documentos, canetas, chapéus, equipamentos, máquinas, entre outros, apontados como representações do domínio masculino. Essa interpretação opera como exclusão do universo feminino em que elas não são detentoras desses objetos. Para Vania Carvalho (2008), os artefatos não existem pelos sujeitos, há um relacionamento simbiótico entre objetos domésticos e formação de identidades sociais diferenciadas pelo gênero, em que determinadas peças desenvolvem ações centrípetas, quer dizer: colocam o homem na posição central. Para a autora, os objetos nunca sobrepõem o homem, ao contrário, eles servem para desenhar a personalidade de gênero de maneira individualista e hierarquizadora. Às mulheres as peças musealizadas se restringem estrito às atividades domésticas e maternais representadas em objetos de cozinhar, costurar, bordar, cuidar, gerar. A história delas materializada nos acervos do MJC ignora as suas vivências, sofrimentos, alegrias, conquistas e derrotas, estabelecendo desigualdades, hierarquizações nas relações sociais de homens e mulheres, de sujeitos e de agentes. Tornar visível o protagonismo feminino aos níveis museológico e de construção patrimonial é transgredir o contexto de visibilidade em que instituição e tema estão sujeitos. O tema História das mulheres, é entendido como um ato de justiça, um passo em frente na construção de uma sociedade mais justa que aplica os conceitos de igualdade e de inclusão social e de democracia participativa (Rechena, 2011).

O museu atual, voltado para o público, para o social e seus temas problematizadores, precisa estar atento às demandas do tempo presente. Mais do que nunca mostrar, ensinar e refletir as experiências históricas das mulheres se faz necessário. Aumentam diariamente os índices de violência contra as mulheres, no Brasil. Contabilizamos 5 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. Os museus não podem ficar no limbo dessa discussão e problema social. O problema da invisibilidade do gênero, fundamentalmente no MJC, é uma permanência nas camadas sobrepostas do tempo existente e tem ressonância múltipla nas experiências do presente advindas do passado. Para as mulheres a história reserva o privado e para os homens, o político, o público. O privado não remete ao político?

O MJC é um lugar de e para educação. Desde os anos 1950 o serviço de educação nos museus tem sido uma preocupação, como instituição de educação não-formal. Assim, o processo educativo do Museu é diferente do processo escolar e atende a várias dimensões culturais e políticas; a aprendizagem política de cidadania e de

potencialidades de pensamento social e comunitário que permitem a leitura de mundo, dos problemas de ordem individual e coletiva. Assim, cabe analisar as percepções que se estabelecem nas práticas museológicas e nos discursos das equipes responsáveis que desvalorizam a vastidão de tarefas e responsabilidades sociais das mulheres na história, é a principal contribuição da tese. Não cabe mais a uma instituição que recebe e ensina estudantes, pesquisa e constrói conhecimentos privilegiar a construção da história hegemônica de um único gênero. As mulheres sempre trabalharam fora de casa, sempre foram participantes da política, sempre reivindicaram direitos, entre outras atividades e ações, e tiveram uma longa trajetória de lutas garantindo igualdade a direitos e obrigações perante a lei. Isso precisa ser ensinado e mostrado no Museu, lugar de educação histórica que constrói consciência histórica, partindo de questões do presente para o passado e projetar expectativas de um horizonte mais humanizado.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2006), consideramos o ensino não formal a partir de qualquer ambiente que estabeleça compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. Nenhuma novidade há na definição de escola como espaço de educação formal e regular, muito menos em considerar os museus como lugares que ensinam não formalmente. Desde os anos 1960 o termo educação não formal vem sendo aplicado aos museus, passando a designar as atividades implementadas nesses espaços. O ensino escolar representa, ainda hoje, o ápice da aceitação social como centro do conhecimento e da informação de crianças e jovens (talvez de adultos), e este é o público que atende com maior frequência aos chamados dos museus, especialmente no MJC. Mas seguramente não é só na sala de aula que os conhecimentos são acessados e disponibilizados. Ensino e aprendizagem se dão de várias formas e em diferentes esferas sociais e culturais, caso dos museus.

A educação não formal dos museus, especialmente a educação histórica, é qualquer atividade que, fora do sistema formal de ensino, opera separadamente como parte de algo mais amplo que se pretende realizar com públicos específicos e com objetivos pedagógicos peculiares, como explicaram Rabello e Marandino (2013). Museu é lugar de conhecimento e de sensibilização. É ambiente formativo que instiga imaginar definindo cultura histórica. São lugares de cultura política cuja importância do ensino de História está na revelação de múltiplas identidades. Nêstor Garcia Canclini (2013) em sua obra *Culturas Híbridas* anuncia que os ambientes que atuam com patrimônios significados de modo excludente, dificultam aprendizagens autônomas e inovação. Conforme Canclini aponta, o museu pode ser esse espaço ritualizador e reproduzidor de um sistema hegemônico em que os grupos que o organizaram desejam

perpetuar-se. Dessa forma, a educação não formal que o museu desenvolve é parte de um processo teórico-metodológico aplicado, que se inicia com a musealização do objeto incorporado, passando pelo tratamento dele na documentação museológica para se tornar fonte de informação. O ajuste informacional do objeto no museu pela documentação o coloca como mediador na construção do conhecimento e na preservação das memórias sociais. O que nos toca nesse trabalho e investigação é a qualidade e a indistinção desse conhecimento e com se repercute na sociedade como forma de informação e conhecimento. Na atualidade, a comunicação museal desdobrada entre a exposição e as ações educativas e patrimoniais demonstra a seleção temática que essas instituições fazem o que nos possibilita questionar, se existe uma escolarização dos museus, e no caso dessa escolarização ocorrer, se ela coloca em cheque o que se propõe o ensino tradicional escolar.

Na visão de muitos professores as instituições museológicas são concebidas como lugar para se desenvolver melhoria do ensino escolar, seja de ciências, de arte, de história ou de qualquer outra tipologia. No século XIX e início do século XX o papel educativo dos museus se desenvolveu de fato, como instrução. Já em 1952, novas possibilidades descortinaram com o Seminário Internacional da UNESCO, evento que se discutiu o papel dos museus na educação, modificando o quadro gradativamente. Desde então, o foco dos métodos de ensino no museu é no propósito de mediar relações entre os públicos e seus objetos, num vínculo solidário. No Brasil essa experiência se configurou, conforme pesquisou Paulo Knauss (2011). Segundo ele, já em 1958 o Brasil sediou o evento Seminário Regional sobre a Função Educativa nos Museus, no RJ, defendendo que o uso e as práticas dos museus fossem abordados pelo magistério, com a indicação de um pedagogo no cargo da instituição para desenvolver programas pedagógicos e exposições educativas. Ainda na discussão, para Zita Possamai (2015), os museus escolares do final do século XIX e ao longo do XX ao reunirem objetos e imagens, já destinavam aos museus a vocação para o ensino, assim como os museus pedagógicos auxiliavam o ensino escolar e aos professores a absorver e utilizar a linguagem museológica. Tais registros demonstram o movimento de problematização dos museus em relação as escolas e vice-versa. Vale lembrar que o interesse da instituição escola na instituição museu são complementares e servem para democratizar culturas de forma que os museus não podem ser pensados pelas escolas como depósitos de passado.

Não pode ser meramente na acepção complementar que essas duas

instituições educativas, museu e escola, se conectam. Ambas são autoras de renovações de conhecimentos, seja em conteúdo de ensino traduzido e que se transforma e adapta às necessidades dos seus públicos, da própria sociedade e da cultura que as rodeia, ou seja seguindo preceitos legais e objetivos próprios, constituindo ação cultural. A ação cultural nas escolas e nos museus se dá de modo diferente. As experiências constituídas nessas duas instituições acontecem em processos educacionais ativos e distintos, pois, cada uma das instituições processa dinâmica própria. É por meio da pesquisa no acervo e da documentação museológica que o museu faz suas representações e constitui saberes. Além disso, é papel do museu evidenciar o objeto musealizado como documento e testemunho de épocas e de lugares diferentes do tempo presente, que o propulsor das ocupações que a história precisa ter, nesses e em outros espaços. O presentismo está contido na visão da Museologia atual. Nele o passado e o futuro não fazem parte do interesse da realidade, pois são construções desenvolvidas pelo ser humano. O museu e seu acervo devem estar atrelados à experiência cotidiana da vida, as questões que o presente estimula refletir e tudo que se conecta a ele, deixando de lado a noção de que seu acervo serve para formar um cidadão civilizado, trabalhador e patriótico, recebendo um caráter mais democrático nas suas discussões e reflexões.

Tanto a escola como os museus estão fortemente ligados à cultura escolar que tem a finalidade de estabelecer visões de mundo. Escolas e museus têm legislações próprias e atuam conforme elas em programas e projetos políticos que servem para difundir suas práticas e representações. Escola e museus possuem papéis políticos e desempenham a função de sociabilizar indivíduos e grupos na construção das sociedades aos quais estão inseridos e dispostos. O conceito cultura escolar apropriado de Dominique Julia (2001) parece aplicado para designar o que se desenvolve pedagogicamente nas duas instituições: “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Mário Chagas (1996) considera que o papel educador do museu deve considerar o humano e a instituição museu como em constante construção. O museu assim como a escola são objetos do seu tempo e são agentes e sujeitos das interpretações do saber histórico. Claro está que os museus têm muito mais a transformar para contribuir com as escolas e o ensino formal, não apenas servindo como opção complementar de conteúdo ou servir como passeio extraclasse. Para Lopes (2016), separar produção e disseminação de conhecimentos produzidos pelos museus é

uma das razões que levam a incorreção da escolarização controversa das práticas educativas e ações culturais da instituição com os públicos escolares. Os museus produzem conhecimentos e não apenas nas suas exposições. Ulpiano Bezerra de Meneses (1993) diz que as exposições não podem ser acabadas, fechadas e finalizadas e sim, abertas a novas possibilidades de conhecimento e reconhecimento numa noção dialética da história. Na medida em que essas instituições reelaboram memórias por meio da cultura material, modificam sua área de atuação central das coleções para os públicos.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972<sup>2</sup>, fomentou a relação mais aproximada do museu com a sociedade formando o princípio do museu integral. Também podemos citar o museu integrado, reforço epistemológico ao campo que a Declaração de Quebec, Canadá, 1982, suscitou como renovação às decisões e incitações de Santiago, instituindo a Nova Museologia e ao papel social dos museus, dentre outros importantes, o educativo. Com a Nova Museologia, o objeto museológico é analisado de outra maneira e pode evidenciar um novo papel social da instituição na comunidade em que está inserido, para além disso, ampliam-se os limites do entendimento da importância e da ação dessas instituições. Nesse caráter social, as escolas e os museus deslocam e desencadeiam possibilidades de inserção ou exclusão, são lugares de fronteira e de cultura política que definem a constante tensão do ser que faz e vive a história: o espaço da experiência e o horizonte da expectativa, como definiu Reinhart Koselleck (2006).

A cultura compartilhada pelo museu é política. Ele cria narrativas em exposições e ações educativas buscando compreender e explicar por meio de seus objetos colecionados e selecionados, os comportamentos sociais dos sujeitos históricos, de suas diferentes trajetórias e das mudanças da sociedade. Na linha enunciada por Serge Berstein (1998), museu atua como cultura política (e também histórica) quando orienta para uma conformação coletiva, uma leitura comum do mundo partilhada do passado em normas, crenças e valores que constituem um patrimônio indiviso. Importa pensar como as narrativas do museu são construídas, aderindo ou não aos projetos políticos hegemônicos do seu tempo presente. A história do tempo presente destaca as

---

<sup>2</sup> Texto fundador da Museologia Social ou Sociomuseologia que definiu sobre a participação e a importância de os museus estarem inseridos e integrados no desenvolvimento da sociedade. Segundo as resoluções tomadas no evento, os museus devem levar as suas comunidades a entender aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos, de forma a tomada de consciência das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, sendo os museus responsáveis em desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade.

sensibilidades dos testemunhos, das emoções desenvolvidas nos acontecimentos, na representação do sofrimento que está em cena, ocorrendo ainda, internalizado, no “passado que não passa”, conforme enunciou François Dosse (2011)<sup>3</sup>. As sensibilidades que trazem a tona às injustiças e os esquecimentos, assolam as narrativas comunicacionais do MJC e isso fica latente, sobretudo, no ostracismo da mulher no seu fazer histórico.

Como são instituições ligadas ao contexto e a estrutura dos lugares onde atuam, os museus comportam-se seguindo os mesmos paradigmas das sociedades, sendo influenciados por ela política, social, cultural e economicamente. Dessa forma, quando tratam do patrimônio a eles confiado pela sociedade, naquilo que Ulpiano Bezerra de Meneses (2000) intitula com vetores materiais da condição humana, os museus ressignificam e atribuem novos valores aos objetos, personalizam-nos como ligação de conhecimento e por isso, não transpõem unicamente os atributos físicos e as propriedades materiais, intrínsecos neles. Enquanto objetos incorporados, musealizados, as coisas no museu superam a condição material assumindo função de sociabilização, de diálogo e de composição de conhecimentos inéditos sobre a relação do humano com o mundo por ele criado em diferentes contextos e tempos.

Vale ainda refletir com relação ao diálogo dos museus em suas possibilidades educativas com a educação formal, escolar ou acadêmica, no que tange a transposição didática. Transposição didática é uma formulação dada como transferência dos conteúdos adaptados didaticamente, segundo explicou André Chervel (1990). A partir das caracterizações tecidas por Chervel para definir transposição didática, questionando a referência de Yves Chevallard, elaboramos confrontação entre museu e escola para compreender a teoria e se ela pode ser abrangida no saber produzido nos museus. A aplicação e a prática do conhecimento nos museus se dá por meio expositivo mediado pelas ações educativas e patrimoniais e essas ações que culminam processos, por si só estabelecem eficiência nos métodos e técnicas de ensinamentos. Portanto, a expressão transposição didática para os conteúdos desenvolvidos no conhecimento produzido pelo museu conforme definiu André Chervel (1990), não cabe ao papel museal.

Martha Marandino em sua tese de 2011, como livre docente da Faculdade de Educação da USP estabeleceu outra proposição mais próxima ao campo dos museus,

---

<sup>3</sup> Ver: <https://pt.scribd.com/document/340645626/f-Dosse-HISTORIA-DO-TEMPO-PRESENTE-E-HISTORIOGRAFIA-pdf>.



didática museal, ou seja, a tensão entre as didáticas geral e específica, de forma que “elementos disciplinares e museológicos conformam uma maneira particular de produção e realização de práticas educativas nesse local” (MARANDINO, 2011, p.04). Depois que os museus compreenderam e articularam suas políticas com base nos preceitos da Sociomuseologia<sup>4</sup>, ou do fazer museológico conforme pensou Waldissa Guarnieri (2010) quando cunhou o conceito de “fato museal”, entendido como a profunda relação entre o homem, ser que conhece com os objetos de sua realidade e os resultados de sua ação transformadora, a trajetória do museu como campo da preservação do patrimônio, passou a ser marcada por uma atuação ligada às questões políticas e sociais. Os museus narram histórias públicas, para amplas audiências, em que a história não é ensinada e aprendida apenas na sala de aula, se coloca nas caracterizações da história cultural e da história do tempo presente, podendo abordar as mais diferentes tipologias da historiografia uma vez que detém documentos materiais (e até imateriais) possíveis de análise ao historiador interessado: história política, história das mulheres, história das imagens, história do corpo e outras tantas mais que as peças musealizadas permitirem.

No tempo presente a temática da história das mulheres ultrapassa o meio acadêmico e os círculos feministas. Elas conquistaram espaços e direitos, desempenham importantes posições e atuam em todas as possíveis frentes de trabalho e de áreas do conhecimento. Será que o MJC apresenta isso para seus visitantes jovens, meninos e meninas, em suas atividades museológicas de natureza educativa, como a incorporação e a preservação de objetos? Discutir a construção social e cultural das diferenças entre gênero conforme mostrou Joan Scott (2011), especialmente no museu, reverbera nas formas como se constroem significados culturais para essas diferenças posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Cabe identificar, comparar, analisar quem fez as escolhas pela incorporação dos objetos atribuídos a condição feminina e com que propósito as fez, quando intencionava dar uma dimensão educativa ao MJC.

As relações do MJC com a sociedade rio-grandense firmaram-se em operações que ele desenvolveu ao longo de sua trajetória de museu histórico, na constituição das memórias e das histórias gaúchas e brasileiras, o que estimulou e atraiu

---

<sup>4</sup> Sociomuseologia, segundo Mário Moutinho é o esforço museal de adequação aos condicionalismos da sociedade contemporânea, o que implica dizer, o reconhecimento dos museus como lugares que assentam a sua intervenção social por meio do patrimônio para a igualdade de condições e de oportunidades. Ver: <http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html>

(e ainda o faz) seu maior público, os estudantes das escolas públicas e particulares municipais e estaduais do RS, sobretudo, aqueles que cursam o ensino fundamental. Também visitam o MJC alunos de outros níveis de ensino, assim como as famílias, os turistas, os idosos, os transeuntes curiosos que passam pela calçada do museu, e os demais públicos potenciais. De alguma forma, todos esses e outros públicos potenciais são tocados pela imaginação histórica, que serve para dar sequência a uma cultura histórica, sempre passível de usos políticos e versões do passado. Um bom exemplo se mostra no caso da difusão da história de Honorina Costa de Castilhos, esposa do político que dá nome ao Museu Julio de Castilhos, cuja história de vida e de morte está apresentada no MJC por uma única imagem retratada em torno de seus 05 filhos e do marido. O sentido narrativo que o MJC atribui à personagem Honorina demonstra sobre um domínio de representação estabelecido em recortes de domesticidade, familiaridade, parentesco ou maternidade.

De que modo nas ações educativas e culturais do MJC as mulheres são apresentadas ao utilizar roupas, louças, joias, perfumaria, equipamentos de higiene pessoal e domésticos como exemplos de sua historicidade? Por que não podemos perceber a presença das mulheres rio-grandenses nas batalhas do cotidiano, nas lutas políticas históricas sejam elas da historiografia oficial ou nas lutas pela vida, pelo voto, pela carestia, por melhores condições de justiça e igualdade social? Por que a omissão do Museu? O assunto não é novo na Museologia. Em 2016 o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal que organiza, define e institui direito e deveres do campo museológico no Brasil, publicou livro a respeito das contribuições de mulheres que tiveram atuação histórica e na cultura brasileira. A publicação do IBRAM é um avanço dentro das políticas públicas e das ações da Museologia, no entanto, pouco corresponde as problematizações necessárias sobre a condição feminina nos discursos museológicos e nas seleções temáticas da cultura material e visual que compõe as reservas técnicas institucionais. Como bem foi dito por Ulpiano Bezerra de Meneses (2001), os museus são vetores de relações sociais. E como vetores de relações sociais estão sob o impacto das culturas políticas, das políticas públicas, de ideologias. O MJC é uma instituição pública e, por conseguinte, é sujeito as políticas públicas do setor. Essas políticas impactam as responsabilidades institucionais e profissionais nos planejamentos, resultados e ações do uso dos objetos patrimonializados no conhecimento e sua difusão.

que define as tendências políticas e teóricas para os museus no mundo, este ano de 2017 no Dia Internacional dos Museus, comemorado em 18 de maio, adotou como tema: “Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus como elo inspirador”, buscando trazer à tona abordagem em que os museus como instituições que trabalham a serviço da sociedade, aborem e se posicionem frente o passado doloroso, as histórias contestadas e não contadas, como possibilidade de uma nova visão para se imaginar um futuro comum para a humanidade, posicionando essas instituições como agentes da pluralidade e da reconciliação de suas histórias traumáticas. Isso implica dizer que as grandes questões que incomodam a humanidade são aceitas pelo campo da Museologia e são convidados a atuar não de forma passiva, mas como articulador por meio de suas práticas e indica que o esperado dessas instituições está para além de preservar, comunicar, educar e pesquisar. Está implícito em cada uma dessas ações, questionar e revelar outras narrativas que não aquelas pré-estabelecidas, como é o caso da história das mulheres.

Atualmente o tema da condição das mulheres é latente nas discussões do dia a dia, estando presente nas experiências, reflexões e lutas recorrentes dado o quadro da busca de representatividade, igualdade e participação das mulheres. Não queimamos mais sutiãs, já conquistamos a muito o direito ao voto, mas ainda não temos o respeito, o empoderamento e o domínio necessários na sociedade, na legislação e nas práticas cotidianas. Referências empíricas mostram que os salários das mulheres são 24% menores do que dos homens na mesma atividade<sup>5</sup>, a jornada de trabalho delas se estende do emprego ao âmbito da casa; a cada minuto onze mulheres são estupradas<sup>6</sup>, abusadas e desrespeitadas. Esses são apenas alguns, entre outros dados, que remetem a questão problema da tese: as responsabilidades de um museu histórico com os temas do presente que influenciam a significação de sua cultura material.

A abordagem de gênero no museu, que me proponho entender, apresenta-se como extraordinária na Museologia brasileira e na História. A afirmativa se deve ao fato de que não foi possível encontrar outros referenciais brasileiros de escrita, abrindo espaço para que a tese amplie espaço para um contexto de mudança no planejamento museológico de gestão e incorporação de acervos, bem como possibilitar a reflexão e o alargamento no campo da História a respeito das pesquisas sobre os museus e sobre os patrimônios. A dissertação da autora lusitana Aída Rechená (2011), contribuiu para

---

<sup>5</sup> Fonte: Relatório de desenvolvimento humano, 2015.

<sup>6</sup> Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública, segundo reportagem do jornal on line G1.



Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/n-oficial-de-estupros-cai-mas-brasil-ainda-tem-1-caso-cada-11-minutos.html>. Acesso: 03 de junho de 2017.



introduzir conceitos e definir categorias como relação social entre seres humanos, e no seu entender na perspectiva de gênero na Museologia Social, acrescenta que as relações de gênero podem ser vistas sob a chave do poder simbólico, embasando sua teoria nas definições de Pierre Bourdieu (1998). No caso, o que tange a questão da história e do gênero, não basta à realização de exposições como é o entendimento de alguns para a questão de gênero nos museus. O deslocamento das questões políticas e sociais do “passado que não passa” fazem parte da função social do museu e da ciência histórica. É necessário suscitar uma epistemologia de gênero no âmbito museal brasileiro, com a reescrita da história a ser ensinada e apresentada nesses ambientes culturais e políticos. Dar a conhecer as forças criativas, lutar contra o esquecimento, dar testemunho a elas ou aos seus casos de violência e dor. Recuperar suas experiências no museu é significar e ressignificar as histórias por meio de práticas museológicas, nas seleções e incorporações museais, nas narrativas e ações educativas. É mostrar que no museu as mulheres não estão no subjugado do passado, lançadas para o futuro, estão ajustadas ao presente.

## REFERENCIAS

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CAPOVILLA, Eloisa Ramos. Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e parcial de um acervo. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 265-279.

CARVALHO, Vânia C. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

CHAGAS, Mario de S. **A imaginação museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009 (Coleção Museu memória e cidadania).

CHAGAS, Mario de S. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHERVEL, André. A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre, v. 2, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Jose Reginaldo S. **Antropologia dos objetos: museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: 2007. Livro da Coleção Museu, Memória, Cidadania.

GUARNIERI, Waldissa Rússio Camargo. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldissa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 45-56.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. V.1. Nº 01, 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>. Acesso em 14/09/2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes e o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46. Belo Horizonte, jul. /Dez de 2011. p.581-597.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Educação e sociedade**, v. 40, p. 443-455, 1991. Disponível em: [www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/.../A-favor-da-desescolarização-dos-museus.pdf](http://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/.../A-favor-da-desescolarização-dos-museus.pdf). Acesso em 28/07/2017.

MARANDINO, Martha. **Por uma didática museal: propondo bases sociológicas e epistemológicas para análise da educação em museus**. Universidade de São Paulo, 2011. Tese (Livre Docência em Sociologia da educação) Disponível <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-22102014-084427/>>. Acesso em: 2017-08-07.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**, v. 35, n.2. P: 09-42, Jan./dez/1993.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu

Paulista da USP, 1992.

MENESES, Ulpiano B. Educação em museus: sedução, riscos e ilusões. **Revista Ciências e Letras**, nº 27, Porto Alegre: FAPA, 2000.

MONTALVÃO, Cláudia Soares. Visualizando o passado: museu e história. BENCHETRIT, Sarah Fossa (Org.). In: História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. Livro do Seminário Nacional. P. 19-25.

NEDEL, Leticia Borges. Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 38, p. 11-31, jan. 2006.

POSSAMAI, Zita Rosane. Olhares cruzados: interfaces entre a História, a Educação e a Museologia. **Revista de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. III, nº. 06, março / abril de 2015.

RAMOS, Francisco Régis L. **A danação do objeto: o museu no ensino da história**. Chapecó: Argos Editora, 2004.

RECHENA, Aída Maria D. **Sóciomuseologia e Gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses**. Tese do Curso de Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades, Lisboa, Portugal, 2011.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes em estudos da cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 4, 1996. P. 265-282.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSSEN, Jörn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Maria Celia Moura. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/DEMU/IPHAN, 2006.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamoud, MINC/DEMU/IPHAN, 2006.



SEABRA, Elizabeth A.D. **Visita de estudantes a museus: formação histórica, patrimônio e memória.** Tese defendida junto ao PPG Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SILVA, Ana Celina F. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925).** 2011. Monografia de Conclusão do Curso de Museologia da UFRGS.

SILVEIRA, Andréa Reis da. Discursos, representações e práticas numa história institucional: o Museu Julio de Castilhos nos anos 1960-1980. **Revista CPC**, São Paulo, n.16, p.62-100. 2013.

SOIHET, Adriana Facina. Gênero e memória: algumas reflexões. In: **Revista Gênero**, V. 5. N.1. 2 sem.2004. P. 09-19.